

jujgamentos que
mudaram a história
ana margarida de carvalho

ÍNDICE



PREFÁCIO	11
OS PROCESSOS DA VERGONHA	15
Sócrates (399 a. C.)	17
Galileu Galilei (1663)	25
Joana d'Arc (1413)	29
Os Távora (1759)	35
REIS MORTOS, REIS POSTOS	41
Henrique VIII (1509-1542)	43
Maria Stuart (1587)	51
Carlos I (1649)	57
Maria Antonieta (1793)	63
Luís XVI (1793)	69
Cristina da Suécia (1654)	75
PROCESSOS AMERICANOS QUE EMOCIONARAM O MUNDO	81
Bebé Lindbergh (1936)	83
Charles Manson (1971)	89
Timothy McVeigh (2001)	95

JULGAMENTOS REVOLUCIONÁRIOS	99
Baader-Meinhof (1977)	101
Bobby Sands (1981)	107
«Chicago 7» (1968)	113
Fidel Castro (1953)	119
LOBOS SOLITÁRIOS E VISIONÁRIOS	
INSENSATOS	125
Marquês de Sade (1772)	127
Pablo Escobar (1991)	133
Landru (1922)	139
Escândalo do Panamá (1893)	145
GRANDES INVASORES	149
Napoleão (1808 e 1815)	151
Ney (1815)	157
Processos de Moscovo (1936-1938)	163
QUANDO NO LIBELO DOS JUÍZES ESTÁ	
O PRECONCEITO	169
Alfred Dreyfus (1894)	171
Sacco e Vanzetti (1920-1927)	177
MORRER POR DENTRO, OU AS TEMÍVEIS	
ENVENENADORAS	183
Marie d'Aubray, a Brinvilliers (1676)	185
Voisin (1680)	191
Racine (1679)	195

PROCESSOS CONTRA NAZIS	199
Julgamento de Nuremberga (1946)	201
Adolf Eichmann (1961)	209
Marechal Pétain (1945)	215
CASOS PORTUGUESES QUE AINDA	
NINGUÉM ESQUECEU (SÉCS. XIX E XX)	221
Diogo Alves (1841)	223
Francisco de Matos Lobo (1842)	227
João Brandão (1869)	231
Zé do Telhado (1859)	235
Giraldinha (1885-1895)	239
Alves Reis (1930)	243
Capitão Roby (1981)	247
Dona Branca (1984)	251
Os Famosos Irmãos Cavaco (1986)	255
Vítor Jorge (1989)	259
Gangue do Multibanco (1993)	263
Skinheads (1995)	267
Sargento Santos (1997)	271
Mea Culpa (1997)	275
FONTES	279
AGRADECIMENTOS	281

P R E F Á C I O



Não é necessário perscrutar as origens da expressão *causes célebres* — que, segundo dizem, remontam ao século XVIII — para compreender o fascínio que os “grandes julgamentos” sempre suscitaram, seja entre a opinião pública comum, seja entre elites ilustradas ou com pretensões a sê-lo, seja, enfim, entre historiadores e outros recolectores do passado.

Pelas razões mais diversas, desde a identidade dos réus e a sua especial perversidade à natureza hedionda de alguns dos crimes por que vinham acusados, dezenas e dezenas de processos judiciais foram conquistando ao longo dos séculos um lugar de destaque na memória colectiva. Noutras ocasiões, é a própria memória que se converte em objecto de juízo ou lugar de querela, como sucedeu, entre muitas outras, com a controvérsia judicial que opôs o historiador britânico David Irving aos que corajosamente impugnaram as suas teses revisionistas e negacionistas dos horrores do nazismo e do Holocausto.

É certo que, em muitos casos, falar em “processos judiciais” não passa de uma força de expressão, ditada mais pela comodidade do hábito do que pela convicção de que estamos perante verdadeiros e próprios “processos judiciais”, com juízes imparciais, tribunais independentes e garantias de defesa dos arguidos. Diversos “processos”

constantes deste livro não merecem sequer o epíteto de “julgamentos”, já que aí não se exerceu qualquer actividade jurisdicional, no sentido etimológico da palavra *juris-dicto*, ou seja, dizer o Direito. Há processos referidos neste livro — porventura, a maioria deles — em que, na realidade, não houve sequer o mais ténue vislumbre de Direito a ser dito, ou aplicado.

Provas forjadas, simulacros de tribunais, julgamentos-espectáculo em que a condenação dos réus estava determinada antes sequer de entrarem na sala de audiências, de tudo houve em muitos dos casos que Ana Margarida de Carvalho nos revela neste seu livro.

A resenha de “grandes processos da História” não é um empreendimento original e, na generalidade das situações, os leitores já se encontram familiarizados com o que aqui se conta — ou, pelo menos, conhecem o desfecho, geralmente trágico, de alguns dos “julgamentos” relatados, como os de Galileu Galilei ou de Joana d’Arc, bem como de Maria Antonieta ou dos infaustos Távora.

Por outro lado, não estamos perante um levantamento exaustivo. Nem, de resto, poderia sê-lo, tantos foram, ao longo da História, os processos judiciais que mereceram a atenção pública do seu tempo e foram registados para a posterioridade como particularmente emblemáticos ou memoráveis. Aos muitos casos aqui recensados, outros tantos poderiam ser citados: o do casal Julius e Ethel Rosenberg, na América da Guerra Fria; o de Shoko Ashara, líder da seita Aum condenado à morte em 2006; o de Ted Kaczynski, mais conhecido por «Unabomber»; o de Anders Breivik, autor confesso dos atentados que, em Junho de 2011, mataram 77 pessoas na Noruega. E — porque não mencioná-lo? — o sumário-julgamento que, no Natal de 1989, levou à execução de Elena e Nicolae Ceauşescu. Ou também os julgamentos de Nuremberga, Tóquio, Frankfurt e, mais recentemente, de Haia. Ou, muitos anos volvidos, o processo de Klaus Barbie, o «carniceiro de Lyon», julgado em 1987. Nesse célebre julgamento, o advogado de defesa do criminoso nazi, o misteriosíssimo Jacques Vergès, pretendeu *in extremis* fazer valer a ideia de que a responsabilidade do seu constituinte, acusado da prática de 177 crimes contra a Humanidade, se encontrava dissolvida numa culpabilização geral da França colaboracionista. Pese a astúcia do causídico, essa estratégia não teve

sucesso, sendo Barbie condenado a passar o resto dos seus dias na prisão, onde morreu em 1991.

Noutra perspectiva, bastante diversa, poder-se-ia acrescentar à lista das vítimas de “processos políticos” os casos de Nelson Mandela — e o extraordinário depoimento que prestou perante o tribunal que em 1962 o condenou à pena de prisão perpétua — ou, por menos conhecido, o da opositorista checoslovaca Milada Horáková, condenada e executada pelo regime comunista em 1950. Ou ainda o julgamento, se assim pode ser chamado, dos conspiradores que em Julho de 1944 tentaram assassinar Adolf Hitler. Num livro recentemente publicado, e que reúne a sua correspondência íntima com François Mitterrand, Anne Pingeot revela uma carta que aquele lhe enviou. A carta contém o recorte de uma fotografia que mostra Berthold von Stauffenberg, irmão do líder da conspiração homicida contra Hitler, a ouvir a sua própria sentença de morte. Por baixo da fotografia de Stauffenberg, escreveu Mitterrand à amante: «Nas noites de desespero e medo... olha este rosto.»

Aquele era o rosto da morte certa, igual ao de muitos rostos dos condenados nos processos que este livro descreve. Utilizando um estilo límpido e directo, próprio da grande jornalista-escritora que indiscutivelmente é, Ana Margarida de Carvalho apresenta-nos, em textos de primorosa concisão, dezenas de casos judiciais, desde a mais remota Antiguidade aos dias contemporâneos. No final, um percurso por «casos portugueses que ainda ninguém esqueceu», datados dos séculos XIX e XX, e que, de Diogo Alves ao Capitão Roby, passando por Zé do Telhado ou Alves Reis, constituem, se quisermos, o *panteão negro* da criminalidade lusa; ou, para utilizar o título de uma publicação vetusta, a *Galeria de Criminosos Célebres em Portugal*, composta por sete volumes, saídos entre 1896 e 1907, sob os auspícios de Eduardo Fernandes e José Maria dos Santos Júnior, com chancela de António Palhares, Lisboa.

Condensadas num só volume, são agora trazidas por Ana Margarida de Carvalho não apenas as *causes célèbres* que marcaram o Portugal dos séculos XIX e XX como decisões judiciais de diversas proveniências e das mais variadas épocas. Pelo talento da escrita, pela informação que mobiliza e, sobretudo, pelo notável esforço de síntese, esta obra despertará certamente a atenção dessa entidade

mítica a que chamam “grande público”. Merece-o, sem dúvida. Após o exame dos autos, é este o nosso veredicto. Um juízo falível, por certo, como todas as sentenças — mesmo aquelas que condenam outros seres humanos à mais irreversível das penas. Em todo o caso, da apreciação feita nestas breves linhas tem o leitor o direito de recurso para um tribunal superior, o da sua própria opinião. Para o efeito, bastar-lhe-á percorrer as páginas deste livro, que bem merece ser lido.

Lisboa, 9 de Março de 2017

A N T Ó N I O A R A Ú J O

OS PROCESSOS DA VERGONHA

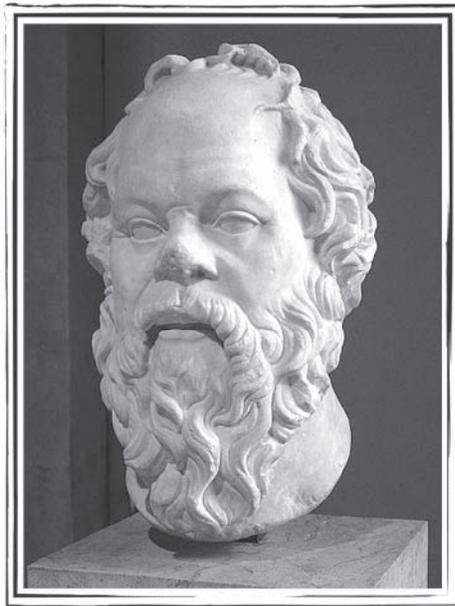


Ao longo dos séculos, muitos foram os homens
injustamente condenados por outros homens.
A história devolveu-lhes a razão — a vida, não.

SÓCRATES (399 A. C.)



Nunca digas não beberei.





Antes quis morrer no cumprimento de uma sentença
injusta do que transformar-se num proscrito,
dando um mau exemplo aos filhos.

Conta-se que a primeira mulher do filósofo grego Sócrates, Xântipe, indignada com o processo que moviam ao marido, exclamou: «Como é possível que te condenem injustamente?» Ao que Sócrates terá respondido: «Porquê? Preferias que me tivessem condenado justamente?»

Até por este pequeno diálogo — seja ou não verídico — se vê até que ponto Sócrates acreditava no poder da retórica e na força da convicção. Contra quem o acusa do crime de revolucionar as consciências, o filósofo mais icónico da história da Grécia Antiga reage sem violência, apenas com a certeza da palavra e sem se revoltar contra o sistema nem contra a validade da lei. Nem sequer contra quem o denuncia, o acusa, o condena e o executa.

Sócrates era um homem influente, tanto na geração sua contemporânea como nas que se lhe sucederam durante mais de dois milénios. Era famoso na Atenas ao seu tempo e continuou a sê-lo em todo o mundo e em todos os tempos. Ao lado de Buda ou de Confúcio, talvez se trate de um dos homens mais reconhecidos e notáveis da História. Pertence àquela categoria de que poucos se poderão orgulhar: a de o seu nome se ter convertido em adjectivo e ter encabeçado um movimento socrático, que, por sua vez, teve várias dissidências e se cindiu em correntes de discípulos, cada qual reivindicando a verdadeira herança socrática.

Símbolo da virtude, da sapiência, da dignidade e da simplicidade, Sócrates pautou-se com a mesma solicitude e coerência tanto na vida como na morte. O texto do processo a que se viu sujeito perdeu-se, mas sete séculos decorridos sobre o seu envenenamento ainda seria possível encontrar nos arquivos do Estado de Atenas a acusação e os testemunhos constantes do julgamento, um enigma historiográfico, cujo estudo atravessou milénios. Ficou-nos, no entanto, como se sabe, na versão de Platão e de Xenofonte, o discurso de defesa pronunciado por Sócrates.

399 a. C., manhã de Maio, em Elieia, tribunal popular de Atenas. Um lugar, ao que parece, tudo menos solene e circunspecto. Os atenienses assistiam aos julgamentos como se se tratasse de espectáculos de teatro em que os queixosos e acusados e as suas proles, a família, amigos e testemunhas eram as personagens principais, e repartiam-se por verdadeiras e ruidosas “claques” organizadas, tentando comover os juízes, provocar piedade ou desdém. No meio do tumulto, de rixas, dos uivos das carpideiras, chegam os ricos proprietários, afortunados comerciantes, cidadãos e políticos mais poderosos da cidade-estado e também os mais turbulentos.

Ao contrário do que esperaria a multidão, o réu, nessa manhã, comparece sozinho, velho, baixo, insignificante, descalço e modesto, talvez até um pouco alheado de toda aquela encenação. Sem bazófia nem tensão, sem afectação nem medo, Sócrates, aos 70 anos, desilude quem espera um dia passado numa pleita bizarra, carregada de eloquência. A acusação, impugnada por Meleto, é anunciada pelo arconte-rei, um dos nove magistrados da cidade-estado eleitos anualmente e encarregado de presidir ao tribunal dos processos penais e aos assuntos religiosos. Sócrates é acusado de não acreditar nos deuses, de introduzir novas divindades demoníacas, de corromper os jovens. E pede-se a sua morte. Depois de os acusadores falarem, coloca-se a clepsidra (para medir o tempo do seu discurso) à sua frente e ele gasta momentos em silêncio. Desaponta a audiência, que aguardava animação e muita oratória. Não levava nenhum discurso preparado, apesar de os réus serem sempre informados do texto da acusação, e tal atitude era impensável para os atenienses, amantes da retórica. Sócrates principia então a falar, titubeante, argumentando que não é, como disseram os acusadores, um formidável orador, «a menos que

chamem formidável orador a quem diz a verdade»: «Não esperem de mim discursos cheios de floreios, belas frases, palavras rebuscadas e difíceis...» Falará, diz, com as primeiras palavras que lhe vierem à boca.

Na verdade, Sócrates havia-se recusado a encomendar a sua argumentação de defesa, como era prática na época, aos logógrafos, escritores profissionais de discursos. Pelo contrário, manteve-se calmo e indiferente, subestimou a acusação e permaneceu insensível ao perigo que o ameaçava. Tudo lhe parece ridículo e absurdo, e por isso desconversa, como quem não quer saber daquilo. Mas nesse tempo, em Atenas, era assim que se procedia: não bastava ser inocente; era preciso parecê-lo. Um dos mais célebres logógrafos preparara-lhe um discurso de defesa que Sócrates aprovou e considerou muito bonito, mas não para si. Não queria rogos, golpes de cena, pedidos de misericórdia, rogando ao tribunal que o encare como um estrangeiro que não pactua com os hábitos da cidade...

Ele nem sequer tinha, alguma vez, posto os pés no tribunal, considerado pelos presentes local de prestígio. Ao confessar tal facto, Sócrates agrava a sua situação: demonstra a sua estranheza, o seu distanciamento em relação aos usos da cidade. Perante a agitação formigante no anfiteatro, a vozaria e o escárnio geral, Sócrates fez o que sempre fazia: questionou, negou a sua sabedoria, causou perplexidade. Mas, face à sua figura desleixada e singular, pobre no vestir, com ar desinteressado das comodidades da vida, fazendo uso de uma ironia mal compreendida, a hilaridade da assistência, alternando com manifestações de enfado, toma conta da razão. O filósofo transforma-se em alvo fácil, torna-se o bode expiatório perfeito para os atenienses.

Os seus amigos começam a ficar seriamente preocupados. Agora, o que está a ser julgado é aquele estilo de homem, demasiado livre das amarras das convenções, que questiona, subverte e irrita os poderes instituídos. E também o homem comum e medíocre da Atenas do século v a. C. Ele pagaria com a vida a sua boa-fé. Leva até ao fim a sua consciência e rectidão moral, a sua liberdade. A favor da morte votam 361 jurados, contra os 140 que defendem que seja poupado. A sala é evacuada em silêncio. A má consciência torna o ambiente pesado.

Do tribunal, Sócrates é levado para o demostério (prisão de Atenas), com as suas celas no subsolo, talhadas na pedra, gélidas no

Inverno, sufocantes no Verão; os prisioneiros amarrados por correntes, como animais. Como decorriam na altura as festas tradicionais em memória da libertação de Creta do Minotauro pelo lendário Teseu, estavam suspensas temporariamente as execuções capitais. Os amigos, entre eles Critão e Êsquino, visitavam-no diariamente na prisão e criaram as condições propícias para o fazer evadir-se. Não seria difícil corromper os verdugos e guardas, e, quem sabe, até os juízes e acusadores ficassem com a consciência mais tranquila ao saber Sócrates fugido ou exilado do que cadáver às suas mãos. O diálogo entre Critão, que subornou os carcereiros e desceu às celas para o ir buscar, é descrito por Platão. Sócrates recusa-se a seguir o amigo rapidamente, como seria sensato. Pelo contrário, discorre a avaliar se será a fuga pior ou melhor do que a morte. Critão apresenta-lhe uma série de bons argumentos para a fuga, que Sócrates se encarrega de desmontar, um por um. Que ele tem ainda filhos pequenos, invoca Critão. Mas, no exílio, que posso fazer para os ajudar, ainda serão perseguidos por minha causa, retorque Sócrates. Morrer a obedecer às leis é, isso sim, um bom exemplo para eles, argumenta, e não se envergonharão do pai. Ainda Critão: que a sua fama se espalhou por toda a Grécia, pelo que todos o ajudarão. Responde Sócrates que essa fama tornar-se-á negativa e que, enquanto fugitivo, perderá o respeito dos amigos.

Já viveu tempo suficiente e não iria deitar abaixo a reputação de virtuosismo que conquistou ao longo de toda a vida. Quanto às falsas acusações, fugindo, sim, demonstraria que eles tinham razão em apontar-lhe o dedo por impiedade e corrupção. Ao contrário do que insistia Critão, não é certo que se deva fugir quando é injusto o veredicto: a uma injustiça não se deve responder com outra injustiça. Nem fazer justiça pelas próprias mãos. E tudo isto para quê? Para surripiar mais uns anos de vida? Critão esgota os argumentos, reduz-se aos silêncios. Inconsolável, resigna-se às razões do amigo.

No dia da execução, estão presentes a mulher, o filho mais pequeno, os amigos e discípulos, e Sócrates disserta serenamente sobre a morte e o destino das almas no Além. Ninguém ousou, dessa vez, fazer objecções. Quis tomar banho antes, para não dar às mulheres o trabalho de lavarem o cadáver. Virando-se para todos os rostos consternados, o condenado à morte consolava mais do que era consolado

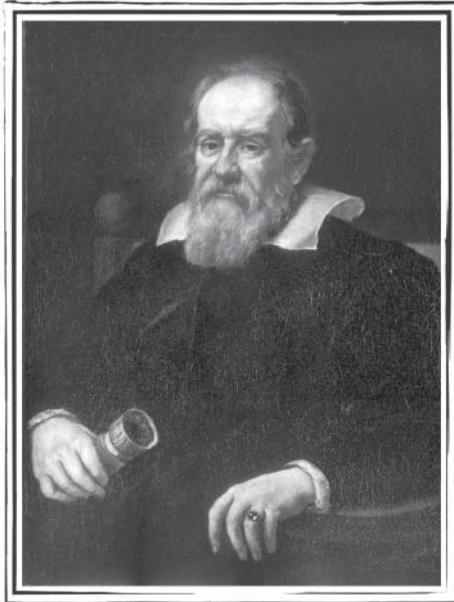
— até o choroso carcereiro teve de ser por ele amparado para cumprir a sua missão.

Chegou enfim o servo com a taça de cicuta (o método um bocadinho menos doloroso de executar os condenados por crimes não violentos). De um só trago, bebeu sem hesitar a poção, de uma amargura insuportável. Os amigos desabriram-se em pranto, Sócrates pediu calma e solenidade, queria antes palavras de alegre augúrio. Andou um pouco até o veneno actuar, deitou-se, cobriu a cara por receio de que o descontrolo da proximidade da morte e do sofrimento lhe descompusesse as feições, deixou de sentir os pés, esfriando e retesando o corpo aos poucos. Morreu tão simplesmente quanto viveu. E as últimas palavras consistiram num prosaico pedido a Critão: ele que não se esquecesse de que deviam um galo a Asclépio, deus da Medicina.

GALILEU GALILEI (1663)



E no entanto, ela move-se.





Confirmou e difundiu a teoria heliocêntrica de Copérnico, já herdeira de Aristarco de Samos, mas perante os juízes eclesiásticos teve a fraqueza de se retractar.

E, no entanto...

Galileu era um sábio e um cientista. Pagou o preço de ser cientista no século XVII, pagou o preço de dizer a verdade no tempo da Inquisição — e pagou-o mesmo muito caro. Com a humilhação, a tortura e a vida. E no entanto, ela — a Terra — move-se. O que motivou a cólera dos inquisidores foi o facto de ele ter retomado e reconhecido as teorias do polaco Nicolau Copérnico, que um século antes percebera que era a Terra que se movia em torno de um Sol imóvel. Esta teoria abalou o sistema da época: os académicos que não admitiam estar enganados; a Igreja que não tolerava que Deus não colocasse a Terra ao centro — a tal teoria absurda chamavam eles «uma perversão herética». E a Inquisição, em Itália, era feroz.

Aos 70 anos, o florentino Galileu Galilei, filósofo, matemático, astrónomo, génio universalmente reconhecido, já tinha a denúncia de heresia imputada desde 1615, por teimar em ser verdadeira a teoria de que a Terra não é o centro do mundo, visto que o Sol se encontra imóvel e os planetas, incluindo o nosso, girarem em torno dele, contra aquilo que eram as evidências dos nossos olhos, e em objecção às Sagradas Escrituras.

Perante o Santo Ofício de Roma, em 1663, de joelhos, envergando a camisa branca dos penitentes, escuta a acusação que lhe foi

formulada por ter escrito o herético livro *Dialogo di Galileo Galilei delle due Massimi Sistemi del mondo Tolemaico et Copernicano*. Galileu havia renegado o livro para afastar a acusação, mas o Santo Ofício não se dá por satisfeito. Consideram os inquisidores que não fora sincero, que o renegara, sim, mas com fé fingida. Querem que ele sirva de exemplo a outros cientistas que incorram em delito semelhante, contrário à Igreja Católica Apostólica. Galileu abjura, maldiz, classifica como erro e heresia a sua teoria. Promete denunciar heréticos ao Santo Ofício e cumprir todas as penitências a que foi condenado.

A cena não é edificante. A História não podia aceitar um final tão indigno para tão digna personagem e concedeu-lhe um arremesso de nobreza. Depois de renegar perante os juízes a teoria que sabia ser verdadeira, Galileu terá acrescentado, decerto em tom baixinho: *Eppur si muove!* («E no entanto, move-se!»)

Mais de um século depois, o Papa Bento XIV dá o primeiro passo para a reabilitação de Galileu. A teologia católica concede licença à Terra para começar a girar. Mas o processo definitivo de reabilitação por parte da Igreja só acontecerá em finais dos anos 60 do século xx. Este é unanimemente considerado um dos mais vergonhosos e degradantes processos da História.